

# PORTUGAL DIPLOMÁTICO



**40 Anos de Portugal na União Europeia**

**Acordo UE-Mercosul**

**Entrevista a Francisco Ribeiro de Menezes**

**XVII<sup>a</sup> EDIÇÃO**

**Janeiro 2026**



# Índice

## **NOTÍCIAS NACIONAIS**

Mês do MNE.....	pág. 2
40 anos de Portugal na União Europeia.....	pág. 5
Seminário Diplomático em Portugal.....	pág. 8

**Entrevista a Francisco Ribeiro de Menezes...** pág. 10

## **NOTÍCIAS INTERNACIONAIS**

A Ilha Estratégica: Dinamarca, EUA e os Desafios da Segurança no Ártico.....	pág. 22
Acordo de Comércio Livre entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE).....	pág. 25
Massacre no Irão: Da opressão interna ao palco internacional.....	pág. 30
Da Alemanha à Argentina: Serviços secretos aumentam poder.....	pág. 34

## **CONFLITO CLARIFICADO**

Conflito Estados Unidos-Venezuela.....	pág. 37
--	---------

# Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

No primeiro mês de 2026, damos destaque à visita do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, à sede da CPLP, por ocasião da comemoração do seu 30º aniversário, bem como a sua participação no programa de trabalho da Comissão Europeia. Para além disso, o Ministro também recebeu o Presidente da Estónia em Portugal, tendo depois dirigido-se a Estrasburgo para as celebrações dos 50 anos de adesão de Portugal ao Conselho da Europa. O mês terminou com o habitual Conselho de Negócios Estrangeiros, em Bruxelas, onde Rangel encontrou-se com o seu homólogo belga.

## 30 anos de CPLP

A CPLP celebra 30 anos e Paulo Rangel não deixou escapar a ocasião. Numa visita à sua sede em Lisboa, acompanhado pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ana Isabel Xavier, foi recebido pela Secretária Executiva da organização, Embaixadora Fátima Jardim. Perante os Embaixadores acreditados junto da CPLP, esta foi uma reunião significativa, onde o Ministro deixou claro o compromisso de Portugal com esta comunidade e a sua crescente importância a nível geopolítico.



Visita de Paulo Rangel (ao centro) à sede da CPLP (fonte: MNE)

## Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2026

A meio do mês, o Ministro marcou presença na sessão sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2026, que teve lugar na Assembleia da República. Esta sessão, que contou com a presença de vários portugueses que trabalham na União Europeia, como a Comissária Maria Luís Albuquerque, e de especialistas em assuntos europeus, serviu para definir as prioridades de Portugal para este ano no seio europeu.

## Visita do Presidente da Estónia

Por ocasião da visita de Estado realizada pelo Presidente da Estónia, Alar Karis, a Portugal, o MNE ofereceu um almoço em sua honra no Palácio das Necessidades. Foi discutida a relação bilateral onde os dois países, onde, apesar de se encontrarem em extremidades do continente europeu, têm um excelente relacionamento e cooperação nas áreas da inovação digital, cibersegurança, e educação, nomeadamente no quadro da União Europeia e da NATO.



*Encontro entre Paulo Rangel (à esquerda) com o Presidente da Estónia, Alar Karis (fonte: MNE)*

## 50 anos de Portugal no Conselho da Europa

Há 50 anos atrás Portugal aderiu ao Conselho da Europa, defendendo há cinco décadas o multilateralismo e os direitos humanos. Para celebrar a ocasião, Paulo Rangel esteve, no dia 21, em Estrasburgo, sede do Conselho da Europa, onde foi o primeiro MNE em 20 anos a marcar presença no Comité de Ministros do Conselho da Europa. Na sua intervenção no comité, o Ministro sublinhou a importância do multilateralismo, direitos humanos, a defesa do Estado de Direito e a integridade do sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Esta visita incluiu ainda a assinatura da Convenção do Conselho da Europa para a Proteção da Profissão de Advogado. No dia anterior (20), o Ministro e o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, participaram em jantar oferecido pelo Secretário-Geral do Conselho da Europa, Alain Berset.



*Assinatura da Convenção do Conselho da Europa para a Proteção da Profissão de Advogado (fonte: MNE)*

## **Conselho de Negócios Estrangeiros e Homólogo Belga**

No final do mês, o MNE participou no Conselho de Negócios Estrangeiros da União Europeia, em Bruxelas. Na agenda deste conselho estiveram temas diversos como a guerra na Ucrânia, a situação nas regiões do Médio Oriente e dos Grandes Lagos, bem como os direitos humanos.

Ainda em Bruxelas, Paulo Rangel encontrou-se com Maxime Prévot, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica. Nesta reunião de homólogos foram discutidas as relações bilaterais entre os dois Estados europeus, com especial ênfase para a sua participação na UE, bem como as relações da mesma com África e com os países dos Balcãs Ocidentais e Ucrânia, na perspetiva de alargamento.



*Paulo Rangel (à esquerda) e o seu homólogo belga, Maxime Prévot (à direita) (Fonte: MNE)*

# 40 anos de Portugal na União Europeia

Por Raquel Bravo

Portugal assinalou, no dia 1 de janeiro de 2026, quatro décadas enquanto Estado-Membro da União Europeia, celebrando 40 anos de profunda transformação do país. Seja na economia, na política ou no plano social, a evolução revelou-se significativa: o país consolidou a sua democracia, modernizou a sua economia e acolheu valores intrinsecamente europeus de respeito pela liberdade e igualdade.



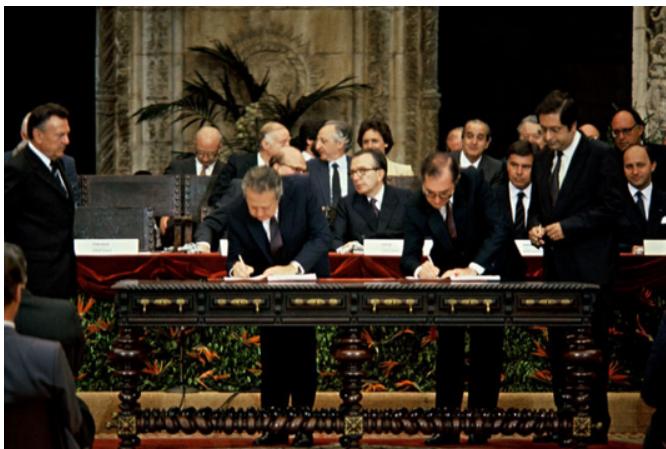
*Logotipo do 40º Aniversário da adesão de Portugal à UE (Fonte: República Portuguesa)*

## História da adesão do país à UE

Pouco tempo depois de sair de uma ditadura, o país dava os primeiros passos no fortalecimento de um sistema político democrático e de uma economia de mercado, aberta e moderna. A integração no projeto europeu viria a fortalecer esses objetivos. A solicitação da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), atualmente conhecida como União Europeia, ocorreu em 1977, através do Governo liderado por Mário Soares.

O primeiro marco formal da adesão remonta ao ano de 1985, aquando da assinatura, no dia 12 de junho, do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias, no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

*Assinatura do Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia, a 12 de junho de 1985 (Fonte: Comissão Europeia- Representação em Portugal)*



No ano seguinte, no dia 1 de janeiro de 1986, deu-se a entrada oficial de Portugal como membro de pleno direito, juntamente com a vizinha Espanha.

Até aos dias de hoje, Portugal teve um Presidente da Comissão Europeia (Durão Barroso), do Conselho Europeu (António Costa) e do Eurogrupo (Mário Centeno) e exerceu por quatro vezes a presidência do Conselho da União.



Bandeiras da União Europeia, em Bruxelas (Fonte: Expresso)

### **Adesão de Portugal à UE: balanço entre defesa de um “marco histórico” e críticas**

Neste 40º aniversário, várias figuras nacionais e europeias decidiram assinalar a data. Uma delas foi o atual presidente do Conselho Europeu, António Costa, que destacou a adesão de Portugal como um “marco histórico no desenvolvimento do país”. No âmbito das comemorações, também o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, destacou que o processo de integração europeia alterou de forma reversível o rumo do país. O Chefe de Governo afirmou que a adesão à UE representou uma aposta estratégica coletiva, de forma a acelerar o crescimento da economia, a afirmação das instituições e a consolidação da coesão nacional.

Contudo, na visão de António Tânger Corrêa, do Chega, a adesão trouxe “coisas boas e más”. O eurodeputado afirmou que embora tenha resultado no desenvolvimento do país, defende que Portugal terá de “navegar com mais sabedoria nas águas da União” e ter verdadeiramente uma “visão estratégica”. O eurodeputado do PCP, João Oliveira, diz que o balanço das quatro décadas de Portugal “não é muito positivo”, já que é notável a “agudização das assimetrias e desigualdades” entre Portugal e outros Estados-membros.

Por fim, entre as mais notáveis vozes dentro da UE, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, assinalou também esta data histórica, referindo: “há 40 anos, a nossa família europeia reuniu-se novamente. Portugal regressou ao seu lugar de direito, no coração da família europeia.” Afirmou ainda que nestas quatro

décadas, “tornámo-nos mais fortes, juntos. Este belo país, o jardim plantado à beira-mar, foi transformado do Minho ao Algarve. Hoje, as pessoas vivem mais tempo e ganham mais.”

### **Impacto no país**

Os números revelam a veracidade de tais afirmações: desde 1986, a esperança média de vida dos portugueses aumentou de 72,9 para 81,2 anos; o abandono escolar revelou uma drástica descida, de 50% em 1990 para os atuais 6,6%, enquanto o número de estudantes no ensino superior quase triplicou. No âmbito do ensino, importa, do mesmo modo, sublinhar a importância e impacto do projeto Erasmus+, do qual mais de 100 mil estudantes portugueses já participaram, beneficiando de mobilidades académicas no estrangeiro, as quais proporcionam experiências e aprendizagens únicas e marcantes.

Portugal beneficiou de mais de 95 milhões de euros de fundos europeus, os quais foram investidos nas mais diversas regiões do país, impulsionando a modernização de infraestruturas e serviços. A capacidade de inovação do país foi também fortalecida e prova disso foram os sete mil projetos de investigação científica, apoiados com quase 3 mil milhões de euros.



*O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa (à direita) e o Rei Filipe V de Espanha estiveram presentes numa sessão de comemoração do 40º aniversário no Parlamento Europeu (Fonte: LusoJornal)*

### **40 Anos Depois: entre conquistas e desafios**

A análise do estado do país ao longo dos últimos 40 anos, nos mais diversos planos, não é, portanto, um exercício simples, mas antes complexo. A transformação e os benefícios são, por si só, inegáveis: a adesão revelou-se positiva na consolidação da democracia, na abertura económica, na modernização e no desenvolvimento de infraestruturas e serviços, bem como no aumento da esperança média de vida. Contudo, o debate permanece permanente. A par de maiores níveis de liberdade, mobilidade e crescimento, tornam-se também audíveis as vozes que sublinham os desafios que o país continua a enfrentar, bem como as interrogações em torno do aproveitamento e da eficácia dos fundos europeus.

# Seminário Diplomático em Portugal

Por Maria Neves

O Ministério dos Negócios Estrangeiros realizou, entre 5 e 8 de janeiro, o Seminário Diplomático de 2026, que contou com a visita de Estado de Hakan Fidan.



*Sessão inicial do Seminário Diplomático de 2026 (Fonte: Instituto Diplomático)*

O Seminário Diplomático é um evento anual do Ministério dos Negócios Estrangeiros português que reúne os membros do Governo, representantes da Administração Pública, das universidades, da comunidade empresarial e de outros setores estratégicos, com os embaixadores portugueses. Neste seminário são discutidos os principais pontos de interesse da política externa portuguesa.

A edição deste ano foi marcada pela visita a Lisboa do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Hakan Fidan, no passado dia 5 de janeiro, por ocasião das comemorações dos cem anos de relações diplomáticas entre os dois países. A visita incluiu uma reunião bilateral entre Paulo Rangel e Hakan Fidan, na qual foram abordadas formas de reforçar a cooperação política e económica entre Lisboa e Ancara.

Num painel intitulado “Desafios decorrentes da nova ordem global e dos paradigmas da segurança”, Fidan discursou para todos os diplomatas portugueses. No seu discurso Fidan destacou as medidas que ambos os países devem tomar para fortalecer os laços da sua relação bilateral e económica através de consultas intensificadas sobre desenvolvimento regional e global e para promover investimentos mútuos em setores estratégicos, tais como as infraestruturas e a energia.

De seguida, o ministro turco enfatizou a posição e expectativas da Turquia relativamente a Bruxelas, defendendo a importância da sua integração na estratégia industrial da EU e também nas outras iniciativas, projetos e programas de segurança e defesa. Ainda assim, Fidan e Rangel trocaram opiniões sobre os esforços para acabar com a Guerra Rússia-Ucrânia. Por fim, Fidan reiterou a importância de avançar com o acordo de cessar-fogo em Gaza e garantir o fluxo ininterrupto de ajuda humanitária internacional aos civis no enclave.

A sessão de abertura do seminário decorreu no dia 6 de janeiro, no Museu do Oriente, em Lisboa. No seu discurso, Rangel afirmou que vivemos o "momento de maior complexidade, incerteza e imprevisibilidade depois da Segunda Guerra Mundial" e, que face a isto, este seminário é um "seminário de vésperas ou, para usar linguagem religiosa, de vigília" face às mudanças nas relações internacionais. O ministro destacou ainda as cinco prioridades da diplomacia portuguesa: o Atlântico, o europeísmo, a lusofonia, a diáspora portuguesa e o multilateralismo.

Durante o evento, foi também prestada homenagem a António Guterres, Secretário-Geral da ONU, cuja presença foi impossibilitada pelo contexto de crise internacional após o ataque norte-americano à Venezuela. Em nome do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ana Paula Zacarias prestou tributo afirmado que "Aqui deixamos o tributo dos diplomatas portugueses e um agradecimento profundo pelo seu exemplo de diplomata global e pelo seu empenho e dedicação na construção de um mundo mais justo e mais digno, onde a diplomacia brilhe sobre o confronto e a guerra". Também se realizou um tributo em memória de Mário Soares, que foi recordado pelo seu papel ímpar na democracia e na projeção externa de Portugal.

No dia 7 de janeiro, realizou-se um painel sobre Defesa Europeia, que contou com a presença do Comissário Europeu para a Defesa e Espaço, Andrius Kubilius, do Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, e da Secretária-Geral da OTAN, Radmila Shekerinska.

Já no dia 8 de janeiro, o Palácio da Bolsa recebeu um dos momentos altos desta sessão na intervenção por vídeo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, que apresentou um balanço da recém-concluída presidência brasileira do G20 e defendeu a "reinvenção da ordem mundial" através do multilateralismo renovado, da Aliança Global contra a Fome e do recém-anunciado acordo Mercosul-União Europeia.

O seminário encerrou com um jantar no qual o Presidente da República foi homenageado por Rangel. O Ministro sublinhou que "o Presidente da República foi, sem dúvida, um representante externo distintíssimo do nosso país, tendo honrado sempre o nome do país e dado aos diplomatas muita atenção".

# Entrevista a Francisco Ribeiro de Menezes

Nesta primeira entrevista de 2026, o nosso convidado é o atual Embaixador de Portugal em França, Francisco Ribeiro de Menezes. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, exerceu funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e na Universidade Lusíada. Ingressou na carreira diplomática em 1990, tendo sido colocado na Delegação Portuguesa junto da OTAN e da UEO, em Bruxelas (1994). Exerceu funções como adjunto no Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros (1996) e, posteriormente, no Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (1999).

Em 2001 integrou a Embaixada de Portugal em Madrid, onde viria a desempenhar funções até assumir, em 2005, a chefia do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, e, em 2006, a chefia do Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Em 2010 apresentou credenciais como Embaixador em Estocolmo e, em 2011, assumiu as funções de Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro.

Foi nomeado Embaixador em Madrid em 2014, acumulando a acreditação como Embaixador não-residente em Andorra. Em 2020 foi nomeado Embaixador em Berlim e, desde 6 de maio de 2025, é Embaixador de Portugal em Paris, estando igualmente acreditado como Embaixador não-residente no Principado do Mónaco desde 21 de outubro de 2025. Entrevista realizada por Bruno Oliveira.

**Antes de mais, queria agradecer por ter aceitado o nosso convite para esta entrevista. O Sr. Embaixador trabalhou em algumas das mais importantes embaixadas da rede diplomática portuguesa, como por exemplo Madrid, Berlim ou, atualmente, Paris. Como é que descreveria de forma resumida a sua experiência em cada uma delas?**

É uma pergunta muito vasta, mas os diplomatas têm também a obrigação de saber ser sintéticos. A nossa primeira função é a de representar e defender os interesses do nosso país nos sítios onde estamos acreditados. Nós temos muito boa relação no



Embaixador Francisco Ribeiro de Menezes

quadro europeu e no quadro bilateral, quer com Espanha, Alemanha e França. Temos um quadro de acordos, tratados, entendimentos, projetos comuns que fazem com que a nossa relação no dia-a-dia não seja tensa. Pelo contrário, há muito boas experiências partilhadas com todos estes países, sendo que cada um deles tem a sua própria especificidade.

Espanha é o único país com o qual partilhamos uma fronteira terrestre, bem como é o nosso maior parceiro comercial. Nem sempre foi assim e é um país com o qual nós temos, para além da experiência da integração europeia e de uma negociação de adesão feita praticamente em simultâneo, uma presença muito importante noutras pontos do globo. A América Latina é muito importante para ambos e pertencemos ao mecanismo das cimeiras ibero-americanas. Há uma grande proximidade linguística, o que ajuda também. É uma relação em que nós nos esforçamos por trabalhar em conjunto, com muitos projetos concretizados na área, por exemplo, da cooperação transfronteiriça. É também um país em relação ao qual nós temos de nos saber diferenciar no bom sentido. Isto é, um país maior em comparação com um país mais pequeno, com línguas próximas, poderiam tender a ser confundidos e uma das nossas tarefas, Espanha pelo seu lado, nós pelo nosso, é manter as nossas identidades nacionais sabendo trabalhar em conjunto.

Com a Alemanha a realidade é outra. A Alemanha é uma potência central, talvez a potência central na União Europeia. É um país com o qual também temos relações históricas. Um país com uma história ela própria muito complexa, mas que a partir do fim da Segunda Guerra Mundial se transformou. Aliás, transformou-se desde logo em dois países, com a reunificação em que voltou ao que era. Mas um país que soube reerguer das ruínas da guerra e transformar-se numa imensa potência política, económica, financeira e industrial. E nós soubemos também aproveitar essa relação e contar com a experiência das múltiplas e muito grandes empresas alemãs que se instalaram em Portugal. Temos uma relação comercial, económica, também de investimento, muito positiva e nos últimos anos mesmo com saldo positivo para Portugal, o que é absolutamente extraordinário. E é uma relação que tem contribuído muito para o próprio desenvolvimento do segmento mais sofisticado do nosso tecido produtivo, nas tecnologias de informação, na indústria química, nos medicamentos, nos departamentos de desenvolvimento tecnológico de grandes marcas automóveis.

França é diferente. França tem uma comunidade portuguesa muito maior do que a que temos em Espanha e na Alemanha. Na Alemanha, em qualquer caso, é uma comunidade com entre 150 e 200 mil pessoas. Aqui estamos a falar de, dependendo dos cálculos e modelos, de quase dois milhões de pessoas. Temos uma relação antiga também. Eu digo, por graça, que, desde o fim das guerras napoleónicas, nunca mais tivemos problemas com França. A cultura francesa teve sempre um achamento muito grande em Portugal, maior até em vários sentidos do que aquilo que se passou com Espanha. Temos marcas francesas no nosso direito civil, no

nosso direito administrativo, na nossa literatura, nos nossos costumes, na nossa culinária, na pintura, na música. É uma relação muito humana, muito chegada nesse sentido, sendo que essas relações pessoais se viram reforçadas, obviamente, pela chegada dos imigrantes portugueses e da forma como aqui foram recebidos e se instalaram e se integraram. E hoje são membros ativos, contributivos e respeitados da sociedade.

No plano económico, passa-se algo muito parecido com aquilo que se passa com a Alemanha. E França e Alemanha tendem a estar em concorrência, para ver qual dos dois é o segundo parceiro económico português, obviamente, a seguir a Espanha. Aquilo que disse sobre a Alemanha e sobre estes grandes projetos de cooperação económica e empresarial, vale também para a França. De resto, para ser mais concreto, veja o interesse com que as transportadoras aéreas francesa e alemã se candidatam à privatização da TAP e veja o imenso investimento que um banco francês de referência fez este ano, o BPCE, ao comprar o Novo Banco em Portugal, por mais de 16 mil milhões de euros, o que é uma soma absolutamente astronómica.

**Neste caso, quais foram as principais prioridades em cada uma destas embaixadas? E se houve algum desafio que surgiu ao longo do trabalho das mesmas?**

Já lhe respondi um pouco na pergunta anterior. Em qualquer caso, o maior desafio de uma embaixada, necessariamente de um embaixador de um país com a dimensão de Espanha, e com a dimensão que este país tem para nós, é o de saber identificar as prioridades, de conseguir estar onde é preciso e conseguir fomentar o que necessita de atenção especial. Nós temos uma grande convergência de pontos de vista na maneira como olhamos para o mundo, na maneira como olhamos para a União Europeia, olhamos para a nossa vizinhança mais chegada (Mediterrâneo, Magreb, Sahel). Temos relações muito intensas do ponto de vista político, económico, cultural. Em Espanha é preciso fomentar sempre o conhecimento da língua portuguesa, das nossas artes, da nossa literatura, fazer com que esses bens que cheguem a Espanha sejam entendidos. E há questões em que os interesses concretos podem ser antagónicos e têm de passar a ser complementares. Um exemplo clássico é o da gestão dos recursos hídricos. Os nossos grandes rios nascem em Espanha, há muito direito internacional envolvido nisto e há entendimentos bilaterais entre Portugal e Espanha que têm de ser atualizados e que têm de acompanhar a realidade. São fenómenos muito sensíveis, obviamente, por exemplo, à acelerada transição climática em que nos encontramos.

É preciso também que tenhamos um diálogo muito franco quando há opções diferentes em casos concretos. Outro exemplo, a questão do modelo energético. Portugal não optou, depois da Segunda Guerra Mundial, pela via da energia nuclear, Espanha fê-lo. Há centrais nucleares em Espanha que estão em fim de vida. São coisas que naturalmente preocupam boa parte dos portugueses e há um trabalho de

acompanhamento conjunto do trabalho dessas centrais e do seu *phasing out*. Em contrapartida, ambos temos um interesse partilhado, comum, de reforçar as interconexões energéticas da Península Ibérica com o resto da Europa. Leia-se França, que é o país que vem a seguir, que por sua vez também tem um modelo diferente do nosso. Temos de saber escolher entre a integração, temos de gerir as diferenças e temos de ter sempre os canais de comunicação abertos para evitar mal-entendidos.

Na Alemanha tive experiências muito interessantes e complexas. Primeiro, sem dúvida, a gestão dos efeitos da pandemia. Eu cheguei a Berlim no dia 2 de Fevereiro de 2020 e pouco tempo depois foi decretado o primeiro confinamento. Portanto, a nossa grande preocupação, o nosso grande desafio foi de ter a certeza que nós, a embaixada e toda a rede consular na Alemanha, estávamos à altura de responder às necessidades dos portugueses e ter a certeza que nada lhes faltava do ponto de vista assistencial. As autoridades alemãs foram impecáveis com isso. Foi também um pouco difícil, às vezes, quando os nossos critérios de aferição de risco divergiam e os alemães decretavam um fecho nas viagens não essenciais entre Portugal e Alemanha, o que teve, em várias ocasiões, consequências muito negativas para o nosso mercado turístico, por exemplo.

Tivemos um desafio diplomático muito interessante. Nós estávamos no Conselho da União Europeia, no mesmo período de presidências, Alemanha, Portugal e Eslovénia. A Alemanha teve a presidência no segundo semestre de 2020 e nós, no primeiro semestre de 2021. Foi preciso descartar o programa que tínhamos feito, porque não contemplava a pandemia, e Portugal e Alemanha trabalharam muito bem na concepção de variadíssimos programas assistenciais da União Europeia para ajudar empresas e pessoas a ultrapassar a crise económica criada pela crise pandémica. Foi o caso do programa SURE na área do trabalho e, sobretudo, na área do grande financiamento do *Next Generation EU*. E isto foi trabalhado em Berlim, em Lisboa, em Bruxelas, com grande cumplicidade e grande proximidade entre todos.

Em França, até aqui eu estou na fase inicial da minha curva de aprendizagem. Parece-me que os desafios são globalmente os mesmos. Por haver uma comunidade portuguesa tão grande, e pelo seu grau de integração em França, penso que os desafios são os mesmos que os dos cidadãos franceses. Todos os que habitam no Hexágono enfrentam a mesma realidade e claro que vamos procurar aperfeiçoar mecanismos, valorizar ainda mais as nossas comunidades e explorar as áreas em que nós podemos trabalhar mais com a França. O grande desafio agora é uma realidade muito concreta. Portugal e França assinaram em fevereiro deste ano, no Porto, um tratado de amizade e cooperação. Já está ratificado do lado francês, ainda não do nosso lado. Nós temos de pôr esse tratado em marcha. É um tratado que prevê consultas regulares a alto nível, cimeiras, entre França e Portugal, com depois um longo catálogo de áreas em que podemos e devemos cooperar mais. Um dos exemplos fáceis de dar é o do reforço da cooperação bilateral na área das indústrias

de defesa. Há uma relação antiga entre os dois países nessa área, mas o investimento em defesa viu-se multiplicado por muito. E nós temos formas de trabalhar nessa área com a França.

**Durante as próximas perguntas vamos ficar mais por França. Como já referiu, o Sr. Embaixador está em Paris recentemente, e uma das primeiras etapas, por assim dizer, é a apresentação das cartas credenciais ao Presidente da República, Emmanuel Macron, que já o fez em setembro. De que forma é que se realiza essa cerimónia? E porquê é que esse momento é importante?**

Isto remonta aos princípios da diplomacia moderna. O embaixador é um enviado. Em alemão, o embaixador diz-se *Botschafter*. *Botschaft* é mensagem, o embaixador é o mensageiro. É um enviado do chefe de Estado que transporta consigo as cartas que o acreditam como representante num país estrangeiro. Cada país tem o seu ritual, mas a tradição é a de que, efetivamente, o embaixador só está em plenitude de funções depois de se ter apresentado formalmente ao chefe de Estado do país para onde foi enviado. Tive já várias experiências de apresentação de credenciais. Em Estocolmo, em Madrid, em Berlim, em Paris, e há um mês e meio, no Mónaco, onde também sou acreditado como Embaixador não-residente.

Em setembro, como bem diz, junto do Presidente Macron. O procedimento, o protocolo é mais faustoso e mais vistoso noutros países, sobretudo nas monarquias, onde tendem a ser mais dedicadas ao lado ceremonial do ato. Em França, o Presidente Macron simplificou muito o procedimento. Somos nós que nos dirigimos ao palácio, não é o palácio que nos vai buscar. E em vez de haver uma cerimónia mais demorada, com hinos, guardas de honra, o Presidente Macron resolveu agrupar os embaixadores em grupos. E, no meu caso, éramos 27, o que é muito, e ordenados por ordem de chegada a Paris. Somos recebidos individualmente por não mais de 3 minutos. Normalmente, a conversa entre o embaixador e o chefe de Estado é mais demorada, foi isso que me tinha acontecido até aqui. O que não quer dizer que não deixe de ser um momento empolgante. E, aliás, o facto de eu saber que teria, na melhor das hipóteses, 3 ou 4 minutos para falar com o Presidente, obrigou-me a compor um telegrama, na minha cabeça, focando os 3 ou 4 pontos que tinha para transmitir, e que ele ouviu e apreciou. Uma delas, foi dizer que eu tenho algum sangue francês, porque a minha avó paterna era



*Embaixador Francisco Ribeiro de Menezes entrega as suas cartas credenciais ao Presidente francês (fonte: Embaixada de Portugal em França)*

francesa, e o meu avô paterno esteve no Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial. De maneira que o Presidente Macron apreciou esse aspeto distintivo. O Presidente tem uma grande habilidade para seduzir as pessoas e para nos deixar à vontade, mas ele, naquela rápida sessão, acabou por me falar em 3 ou 4 coisas que eram, para ele, muito importantes, e que têm a ver, precisamente, com o desenvolvimento da relação com base no Tratado de Amizade e Cooperação e nas várias áreas indicativas. Evidentemente que, tal como já tinha feito quando foi a Lisboa e ao Porto, na sua visita de Estado, em que também falou da candidatura da Air France à TAP, também foi um dos aspetos que ele atribuiu importância e que me sinalizou. É uma cerimónia muito bonita e tenho boas memórias de todas elas.

**A partir desse momento fica acreditado aqui, enquanto embaixador de Portugal em França. Em termos políticos, como é que as relações bilaterais estão a ser desenvolvidas, visto que também já referiu agora a esse tratado, que neste caso penso que será uma prioridade para ambos os países?**

O facto de termos este tratado faz com que Portugal se tenha incorporado de jure e de facto num lote pequeno de países com que França mantém este tipo de relação. A nossa relação, já o vimos, é antiga. França está também na origem do Condado Portucalense e a influência intelectual francesa pesou sempre muito em Portugal. Até em 1975, quando estávamos a redigir a nossa Constituição, a Constituição de 76, um grande professor e um grande constitucionalista francês, o Maurice Duverger, foi regimentado para algum trabalho de assessoria e vem daí, em boa parte, o lado semipresidencialista do nosso sistema. Nós temos agora um quadro que aperfeiçoa, estabiliza, valoriza aquilo que já tínhamos, mas há ciclos políticos.

Neste momento, como se sabe, a realidade europeia está dominada pela guerra na Ucrânia, pela reconfiguração do próprio papel da Europa e das parcerias da Europa, por algumas tensões dentro da mesma em relação à intensidade e à qualidade do apoio que deve ser prestado pela Ucrânia. E agora, com grande ansiedade, com esta sucessão de reuniões e encontros com enviados, com governantes, é complicado. Por outro lado, em França, neste momento também, um governo apoiado por uma escassa maioria relativa no parlamento está a tentar fazer passar o Orçamento e a Lei de Financiamento da Segurança Social para 2026, sendo que o Presidente Macron termina o seu mandato em 2027, depois de termos tido um ponto muito alto na nossa relação bilateral formal, que foi a visita de Estado e a assinatura do tratado. Desde então temos falado a vários níveis, com particular ênfase na parte da defesa e das indústrias de defesa, o que é natural também. E tacitamente, França sabe que há menos espaço para trocas de visitas ministeriais e aprofundamento daquilo que ficou estabelecido no tratado enquanto o governo francês não vencer esta etapa da negociação e da aprovação do Orçamento. E aí podemos relançar contactos e temos muitas áreas e muitas pistas por onde o fazer.

O que não significa que nós não tenhamos contacto diplomático diário e que os nossos ministros, secretários de Estado se encontrem e continuem a fazer visitas

com menor intensidade, sobretudo em Bruxelas, no quadro da União Europeia. O que nós queremos é pôr o tratado em funcionamento. Este compasso de espera, do ponto de vista bilateral, não significa que as relações bilaterais não se desenvolvam. Desenvolvem-se do ponto de vista financeiro, através da aquisição do Novo Banco por um banco francês, o que é um grande desenvolvimento para a banca portuguesa e para a banca francesa. O interesse do grupo France Metal poderá vir a dar frutos. Há negociações importantes em curso a propósito do fornecimento de armamento e sistemas de defesa de França para Portugal e de Portugal para França. Há a presença da Alstom na modernização e retenção da nossa rede ferroviária. Temos cooperação com grupos grandes como o Thales, na área militar também, mas também na área das comunicações e tecnologia muito avançada. E, portanto, o relacionamento continua e o relacionamento político é bom. Neste momento em concreto, França precisa de resolver a sua questão orçamental para voltarmos a um ponto em que o diálogo político seja mais constante.

**De certa forma já respondeu em parte à minha próxima pergunta, que é relativa à questão económica entre os dois países e como é que a embaixada trabalha nesta área?**

Nós temos na embaixada um departamento económico, uma delegação do Turismo de Portugal, uma delegação da AICEP, cujo delegado é acreditado formalmente como conselheiro económico e comercial da Embaixada.

Temos um trabalho promocional. Fazemos apresentações sobre a realidade económica e financeira um pouco por todo o país. A última que fizemos, já comigo, foi em Estrasburgo, já depois do verão. Fazemos também apresentações aqui na embaixada, a quem nos pede. Tivemos uma do Governo Regional da Madeira, bem como uma com a TAP. Esta mesma sala acolheu a Assembleia Geral Anual da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, que reúne o melhor empresariado português em França. Estamos a falar de empresas que em conjunto têm um número de negócios de bem mais de dois ou três bilhões de euros. Cedemos também o espaço para que companhias acreditadas possam aqui fazer as suas apresentações. Temos contacto com os ministérios interessados em razão desta matéria. Ajudamos as empresas portuguesas que enfrentam problemas administrativos contenciosos, encaminhamo-las para a direção certa e nós próprios, em várias ocasiões, assumimos a sua defesa perante as autoridades francesas. Obviamente, isso é respeitado, é uma prática comum e tende a dar algum resultado.

O trabalho de promoção é uma constante. E aí sim, nós não podemos ser passivos. Temos de ser muito ativos e proativos, na identificação de oportunidades aqui para empresas portuguesas que já temos identificadas, mas fazê-lo também em Portugal para empresas francesas que desejam, que ambicionem instalar-se, expandir operações para Portugal. E isto implica um rastreio muito grande das nossas empresas e das empresas francesas. Quando as operações atingem a dimensão da compra de um banco ou da participação num concurso para a privatização de uma

transportadora aérea de bandeira, as embaixadas também têm um papel a desempenhar. Há um trabalho de prospecção, de análise, de explicação de objetivos. É também muito importante seguir os grandes debates económicos aqui para perceber para que lado a economia francesa vai, quais são as prioridades, quais são as ideias, o que é que está para além do virar da página, quais são as tendências a longo prazo. Isto aplica-se também à análise quer da realidade económica francesa, com algum detalhe, quer daquilo que se vai comentando na praça pública e na comunicação social sobre estes projetos. É evidente que nos interessa ler, registar, compreender tudo aquilo que sai em França sobre o interesse da Air France pela TAP, ou o que se dizia na altura da privatização do Novo Banco e do interesse do BPCE. Portanto, nós temos contactos com todas estas empresas. É um trabalho de obtenção de informação relevante, pertinente, inteligente e tão rigorosa quanto possível. Esse controlo de qualidade é, acho eu, a maior responsabilidade do embaixador. Mas temos trabalhado com transportadoras aéreas, grupos hoteleiros, valorizamos as empresas portuguesas que aqui estão, convidamo-las, temos conselhos estratégicos, temos a Câmara, com quem trabalho quase diariamente.

### **A cultura é ainda outro elemento central no relacionamento luso-francês. De que forma é que é feita a promoção cultural por parte da Embaixada?**

A promoção cultural é gizada de acordo com as orientações que vêm de Lisboa. Esforçamo-nos por não deixar passar efemérides, aniversários de nascimento ou morte, grandes escritores, pintores, trazer músicos portugueses aqui ou ajudar a encontrar-lhes patrocínios para que eles possam mover-se no circuito comercial. Temos de olhar para o mapa editorial, para ver o que é que está na forja e quais são as traduções que podemos esperar. Há uma possibilidade de virmos a ser convidados, como país convidado para o Festival do Livro aqui em Paris, num dos próximos anos. Seria muito bom que conseguíssemos. Eu fiz isso quando fui embaixador em Espanha na feira do livro de Madrid, que é uma feira de rua. O Festival do Livro aqui é no *Grand Palais*, mas é fácil de imaginar que custa bastante a

nível financeiro fazer isso e tem que haver também um trabalho de mobilização e de persuasão das entidades responsáveis em Lisboa. Tivemos também um momento histórico, e foi para mim o mais saliente nestes seis meses, a apresentação nesta embaixada do Astérix na Lusitânia, que foi uma ocasião única, desdobrada por um dia com a imprensa e uma noite de celebração com figuras mais do que *life-size*. Algo absolutamente extraordinário, mas que bem mostra a



*Embaixador Francisco Ribeiro de Menezes na apresentação do livro "Astérix na Lusitânia" na Embaixada de Portugal em Paris (fonte: Embaixada de Portugal em França)*

proximidade que há entre Portugal e França. Nas universidades, e temos leitorados num bom número de universidades, nós começámos a apoiar universidades onde se ensina português, também na perspetiva da formação de tradutores e intérpretes. Sem bons tradutores, a nossa literatura, ou as literaturas em geral, não circulam. É mais fácil traduzir de francês para português e de português para francês do que alemão, por exemplo. Mas temos de fomentar essa realidade.

Infelizmente, não dispomos de um edifício aqui como centro cultural permanente. É certo que a embaixada e estes salões servem para muito, mas não é o mesmo e não nos permite ter um trabalho com mais permanência. É um projeto real que existe e que demorará muito tempo, mas se encontrarmos condições de financiamento, não deixaremos de revisitá-lo. A questão da inexistência de um centro cultural português aqui. Foi algo que aconteceu, era mais ou menos inevitável, mas a própria Gulbenkian retirou o seu espaço e as posições aqui há 10, 12 anos. E na altura dos cortes orçamentais, na austeridade em Portugal, com o Programa de Assistência Económica e Financeira, tivemos também de fechar o centro cultural que tínhamos aqui em Paris.

Mas a cultura portuguesa está muito presente em França, nas livrarias, na música, nos festivais, no cinema, na animação, nos documentários, na dança. Há muitos músicos e compositores portugueses aqui, muitos compositores portugueses aqui. Há uma grande circulação que também é alimentada e financiada e apoiada pela comunidade portuguesa. Mostramos música portuguesa, abrimos as portas aos compositores portugueses aqui. Associamos sempre a música às comemorações do 10 de junho. Acompanhamos os artistas portugueses aqui e os responsáveis pela programação cultural em França, que são mesmo muitos, por todo o país. França é enorme e é um país bastião da sua própria cultura e, portanto, temos muito a fazer.

### **Outra vertente vital da área de atuação da embaixada é o apoio à comunidade portuguesa. De que forma é que o mesmo é realizado?**

É algo que está muito relacionado com a cultura e com o ensino da língua portuguesa. Nós temos o país, França, com, como disse quase dois milhões de portugueses, com ou sem dupla nacionalidade, e de várias gerações aqui. Temos também os jovens portugueses que circulam por França usando o primeiro e o mais importante dos princípios básicos da construção europeia, que é a liberdade de circulação, da qual decorre a liberdade de estabelecimento. É uma comunidade globalmente bem integrada, bem inserida, que contribui para a sociedade, que vota nas eleições regionais e locais, que por essa via gera também o interesse dos partidos políticos. Muitos portugueses eleitos em França, os descendentes no Senado, na Assembleia Nacional, nos governos regionais, nas *mairies*, nas prefeituras. É uma comunidade respeitadíssima, que ultrapassou velhas ideias feitas. É a comunidade dos empresários, dos músicos, dos professores, dos intelectuais, dos realizadores de cinema, dos compositores, dos políticos. Tudo isso é o que é, e é uma comunidade deveras grande.

Em simultâneo temos de assegurar que o português é ensinado aqui. Há um acordo que remonta ao princípio dos anos 70 e que continua a ser aplicado. Nós ocupamos no sistema público de ensino nas escolas primárias e o Estado francês no secundário até ao BAC, com professores franceses ou portugueses certificados. Em paralelo temos a nossa própria rede de ensino para as crianças que estejam, por alguma razão, fora do sistema francês. É o ensino organizado pelo Estado português em França com professores, por norma, portugueses que funcionam em regime de ensino paralelo ao ensino oficial. Temos à volta de 140 professores e temos muitos estudantes a cada ano. Há problemas sempre, há professores que adoecem, há turmas que são difíceis de compor, tudo isto tem de ser feito em espaços cedidos ou por escolas ou por outras entidades. Mas é um sistema que acaba por funcionar e é objeto de revisão periódica pelas autoridades, pelas administrações escolares francesa e portuguesa.

As associações são muito importantes para a preservação dos laços da cultura tradicional portuguesa e nós vemos que mesmo aí há alguma evolução. Isto é, o movimento associativo já não é apenas um movimento associativo folclórico para festeiros nas grandes datas, mas funciona também como uma rede de apoio social e de solidariedade amiga. E há associações que se vão especializando, e à semelhança aliás do que acontece noutras países, como na Alemanha, com a ASPPA, que é uma associação para pós-graduados, com um trabalho de reflexão notável. Nós não temos dinheiro para custear as associações, mas há muita gente com dinheiro na comunidade portuguesa para ajudar a custear essas associações. E isto tem como saldo a maravilhosa realidade de termos a comunidade portuguesa integrada em França, fazendo parte, de pleno direito, da comunidade francesa. Mas que de um modo geral continua a manter uma ligação muito íntima e muito próxima a Portugal.

E, portanto, não há o risco de o português desaparecer, as tradições desaparecerem, e as grandes festas, os grandes pontos de encontro desaparecerem. Temos um programa modesto, mas eficaz, de financiamento por candidatura de projetos concretos das associações. Mas nós estamos a falar de milhares de associações em França, literalmente de uma ponta a outra do país e cobre muitas realidades. Não é apenas a realidade do folclore, é também a realidade do passado histórico. Portanto, é uma área muito bonita e trabalhosa. Nós temos uma rede muito completa. Temos a embaixada em Paris, um consulado-geral em Paris, e depois temos um consulado-geral em Lyon, Marselha, em Bordéus e em Estrasburgo. Temos vários desses consulados com antenas consulares permanentes em outras cidades. Por exemplo, o consulado em Marselha tem uma antena operacional que emite o passaporte dos cartões de cidadão em Nice. Temos as presenças consulares, equipas dos consulados que se deslocam a vários pontos das suas áreas de jurisdição. Isto também é muito importante quando toca a organizar atos eleitorais em Portugal. Temos muitos cônsules honorários, que são pessoas, por norma, dedicadíssimas à causa da manutenção da ligação ao país. Não apenas o serviço administrativo, mas sim algo mais personalizado. E, portanto, eu penso que temos a estrutura necessária

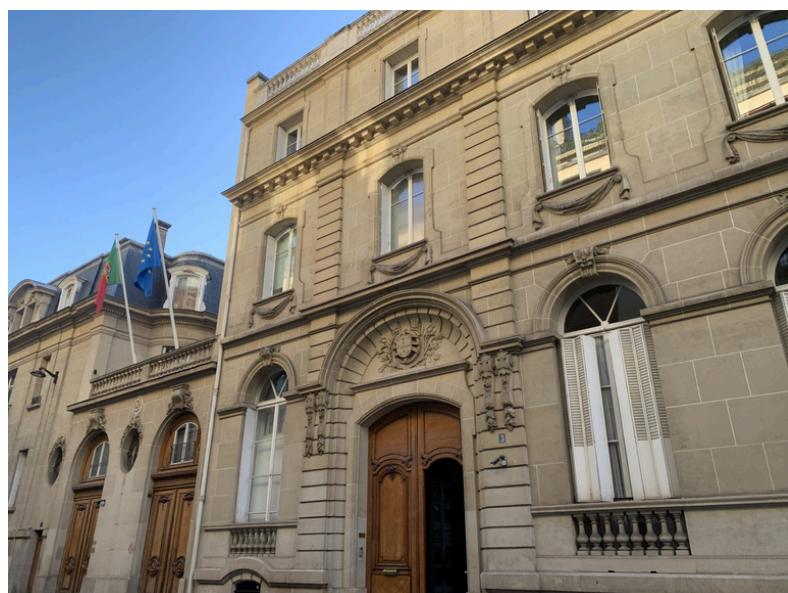
para acompanhar também, para além da comunidade, o movimento associativo. E acho que o equilíbrio é positivo. Depois, a outra realidade é que a comunidade portuguesa aqui é enorme, como vimos, e tanto vota em França como pode votar em Portugal. O que significa que quando há grandes eleições em Portugal, como haverá agora para as presidenciais, os candidatos que podem cumprem, obrigatoriamente, uma passagem por França, Paris e outras cidades.

**Para terminar, durante toda a sua carreira diplomática, qual é que foi o momento que mais o marcou?**

Estamos a falar de 1999. Eu era adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e tivemos a realização da consulta em Timor sobre a sua independência. E em julho desse ano, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1246, que autorizava o estabelecimento da UNAMET, a Missão de Assistência das Nações Unidas em Timor-Leste, que estaria no território para levar a cabo a consulta e para supervisionar os passos seguintes à consulta, esperando e sabendo nós, que a resposta seria sim, queremos a independência. Seguiu-se à consulta e à divulgação do resultado uma onda de violência imensa, alimentada pela Indonésia, com grupos locais, os Aitaraks, com grande destruição e grande risco de um novo banho de sangue na ilha.

Nós fomos de Bruxelas, onde tínhamos assistido a um conselho de ministros dos Negócios Estrangeiros, para Nova Iorque batalhar. Na altura o embaixador de Portugal junto das Nações Unidas era o António Monteiro, que depois foi embaixador aqui, e nós passámos dois dias nas Nações Unidas. Tivemos reuniões com ele com delegações, sobretudo dos Estados Unidos e Austrália, potência importantíssima para este efeito. Na madrugada de 15 de setembro, fizemos passar, não votámos porque não estávamos no conselho, mas trabalhámos para que o consenso fosse nesse sentido, a criação da INTERFET, uma força militar de interposição que foi depois colocada em Timor, e que garantiu que os Aitaraks desapareciam e que se normalizava a vida do futuro Estado de Timor-Leste. E depois de muitos anos a trabalhar nisto, e de muitas ansiedades, e de horários absolutamente díspares, porque cobríamos o extremo Oriente, Europa e os Estados Unidos. Na altura, a TSF, antes dos boletins informativos dos noticiários, dizia que eram X horas em Dili, X horas em Angola e X horas em Nova Iorque. E a resolução da INTERFET foi aprovada numa sessão noturna tardíssima, e nós, a delegação, estávamos sentados. O ministro, o embaixador Fernando Neves, e eu. Dei-me conta, a dada altura, já com a votação garantida, e estando os vários Estados-membros a tomar a palavra à volta, que eram bem duas ou três da manhã, e que a delegação portuguesa tinha adormecido largamente, mas por cansaço, porque andávamos há 72 horas a trabalhar para que a resolução fosse uma realidade.

E eu acho que esse foi o momento mais imediato, mais impactante. Foi um momento em que eu vi como a diplomacia de um país com tradição e presença, mas na realidade pequeno, pode ter aspirações a resolver uma situação crónica que durava há décadas, e que se traduzia na opressão de um povo que foi invadido pelos japoneses, com a entrada dos portugueses na Segunda Guerra Mundial, e depois foi ocupado pelos indonésios. E a presença portuguesa foi sendo apagada, mas mesmo assim tivemos capacidade e engenho e espírito de sacrifício e de mobilização para ocuparmos o espaço que era nosso e ter ajudado os timorenses a transformarem-se num Estado independente.



*Embaixada de Portugal em Paris*

# A Ilha Estratégica: Dinamarca, EUA e os Desafios da Segurança no Ártico

Por Magda Gonçalves

A Gronelândia, território autónomo do Reino da Dinamarca, tornou-se nos últimos meses num dos focos mais intensos de atenção geopolítica mundial. As declarações e iniciativas do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, relativas à necessidade de os EUA “controlarem” ou garantirem uma posição privilegiada na ilha, por motivos que associa à segurança no Ártico, provocaram uma sequência de tensões diplomáticas, estratégicas e até económicas entre Washington, aliados europeus e organizações multilaterais.



*Protesto organizado em frente do consulado americano em Nuuk, capital da Groenlândia, contra as declarações do Presidente americano Donald Trump (Fonte: AP News)*

## O Empenho dos Estados Unidos sob a Administração Trump

Desde 2025 e ao longo do início de 2026, o Presidente Donald Trump tem reiterado, publicamente, o que considera ser o interesse estratégico primordial dos Estados Unidos na Gronelândia. Em declarações públicas antes do Fórum Económico Mundial em Davos, Trump afirmou que os EUA “precisam” da ilha para garantir a sua segurança no Ártico e conter influências rivais, nomeadamente da Rússia e China, posições que, embora apresentadas como indispensáveis para os interesses norte-americanos, geraram inquietação diplomática e retórica de forte impacto nos parceiros europeus.

Em meados de janeiro de 2026, no contexto destas tensões, Trump anunciou a intenção de impor tarifas de 10% a oito países europeus - incluindo a Dinamarca, França, Alemanha e o Reino Unido - devido à sua oposição ao chamado “controlo” ou

aquisição da Gronelândia por parte dos EUA; estas tarifas poderiam chegar a 25 % no verão, caso não se chegasse a um entendimento. Tal ameaça de retaliações económicas marcou uma escalada pouco convencional nas relações transatlânticas, sublinhando a ligação direta que a administração norte-americana estabeleceu entre objetivos de segurança e instrumentos económicos.

Já no Fórum Económico Mundial de janeiro de 2026 em Davos, uma viragem foi anunciada por Trump e pelo Secretário-Geral da OTAN, Mark Rutte, no sentido de um “framework” para um futuro acordo sobre a Gronelândia, o que levou à suspensão das tarifas previstas. Trump declarou que os EUA não usariam força para obter a ilha e vincou a importância de aprofundar a cooperação no âmbito da OTAN para a segurança no Ártico.

Apesar deste recuo formal nas medidas económicas punitivas, a administração norte-americana mantém o seu objetivo estratégico de assegurar um papel central na Gronelândia, motivado pela percepção de que um maior controlo sobre a ilha fortaleceria as capacidades de vigilância e defesa no Atlântico Norte, incluindo potenciais projetos de defesa avançada.

### **Reações e Posicionamentos de Estados e Organizações Aliadas**

A posição agressiva inicialmente assumida por Washington suscitou uma resposta firme de várias capitais europeias. A Dinamarca reiterou com toda a clareza que a soberania territorial da Gronelândia não está à venda nem é objeto de negociação unilateral e que qualquer discussão sobre segurança ou cooperação deve respeitar, plenamente, o direito internacional e envolver tanto Copenhaga como as autoridades groenlandesas.

A resposta europeia incluiu tanto declarações políticas como uma intensificação da cooperação militar no Atlântico Norte. Países membros da OTAN anunciaram o reforço da presença militar e exercícios conjuntos na região, numa demonstração de solidariedade com a soberania dinamarquesa e de interesse em manter a estabilidade no Ártico. Além disso, muitos governos europeus, incluindo Portugal, defenderam, publicamente, uma resposta unida e robusta da União Europeia às ameaças tarifárias e retóricas de Washington, salientando que certas “linhas” de soberania nacional não podem ser ultrapassadas sem consequências para a confiança mútua entre aliados. Também a União Europeia, através da sua liderança política, anunciou planos para reforçar a segurança no Ártico com um pacote de medidas destinado a fortalecer capacidades marítimas e de vigilância, bem como investimentos em infraestruturas, sublinhando a importância de manter a estabilidade regional e de apoiar os actores locais.

Dentro do quadro da OTAN, o diálogo assumiu uma dimensão estratégica renovada. O Secretário-Geral Rutte, apesar da relação pessoal e política com o Presidente Trump, salientou a necessidade de os aliados aumentarem rapidamente os esforços

de segurança no Ártico, refletindo o reconhecimento de que a cooperação coletiva é essencial para enfrentar desafios consequentes da mudança climática e da competição geopolítica global, por vezes referida como “a nova fronteira da segurança transatlântica”.

### **Repercussões Económicas e de Política Comercial**

As tensões em torno da Gronelândia tiveram, também, impacto nos mercados financeiros globais, com os ativos, tradicionalmente, considerados de “refúgio”, como o ouro e a prata, a atingirem máximos históricos em resposta às incertezas geopolíticas ligadas às ameaças tarifárias e às perspetivas de perturbações nas relações transatlânticas. Paralelamente, instituições económicas internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), alertaram para os riscos de uma escalada nas tensões comerciais e recomendaram uma solução negociada que preserve a estabilidade do comércio global e minimize impactos adversos nos investimentos e no crescimento económico.

### **Implicações Para o Sistema de Segurança Internacional**

Os eventos recentes centrados na Gronelândia revelam que, no contexto atual de competição geopolítica, a segurança territorial, os interesses estratégicos e as relações económicas estão estreitamente interligados. A movimentação dos EUA sob a liderança de Trump, as respostas articuladas da União Europeia, da Dinamarca e de outros aliados, bem como as discussões em organismos multilaterais como a OTAN, ilustram a natureza multifacetada das tensões contemporâneas.

Deste modo, a crise envolvendo a Gronelândia expôs fragilidades e tensões latentes nas relações entre aliados que, até então, partilhavam compromissos sólidos no quadro da OTAN e da ordem internacional liberal. A associação entre objetivos de segurança e medidas económicas coercivas por parte de um membro da aliança levantou questões acerca da natureza da cooperação militar e da confiança entre parceiros estratégicos. A forma como estes desentendimentos são geridos terá implicações duradouras para a coesão da aliança, especialmente no contexto de um Ártico em rápida transformação, onde a presença de outras potências como Rússia e China acrescenta complexidade ao equilíbrio de poder.

# **Acordo de Comércio Livre entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE)**

---

Por Jorge Paixão

Num mundo cada vez mais caracterizado por políticas comerciais protecionistas, pela coerção diplomática entre Estados, e pela normalização do incumprimento de responsabilidades internacionais, a União Europeia em conjunto com o Mercado Comum do Sul, demonstraram que, mesmo sendo cada vez mais raro, a cooperação internacional e a criação de novos laços de inter-diálogo, como a interligação comercial entre Estados, permite a países mais pequenos impor a sua própria soberania e ditar os seus interesses nacionais, de forma mutuamente construtiva.

No final do ano passado, em meados do mês de dezembro, a Comissão Europeia, sob a liderança da Presidente Ursula von der Leyen, reafirmou o seu compromisso em finalizar o acordo de comércio livre com o Mercado Comum do Sul, uma das principais prioridades de política externa económica, estabelecida pela comissão para o mandato de 2024 a 2029. Ao mesmo tempo, este acordo de comércio livre tem sido alvo de uma enorme discussão entre Estados-membros, particularmente entre os membros da UE, com a oposição de França, da Hungria, da Áustria, da Polónia, da Irlanda e da Bélgica.

Esta oposição deve-se especialmente aos receios dos governos europeus sobre a potencial pressão que o acordo colocaria sobre as indústrias agrícolas nacionais, que, de momento, devido à instabilidade económica recentemente causada pelo aumento global de tarifas comerciais, em conjunto com o nível historicamente elevado de custos energéticos no continente europeu desde 2022 e o desenvolvimento de regulamentações e restrições no uso de poluentes como pesticidas na agricultura devido às tentativas europeias de reduzir as emissões poluentes do continente, já se encontravam sob alguma pressão devido aos maiores custos de produção.

## **Qual a importância deste acordo comercial?**

Este acordo, que se encontra em desenvolvimento desde 1999, apenas 14 anos depois da formação do Mercado Comum do Sul, conhecido também sobre a abreviação de (MERCOSUL) em português e (MERCOSUR) em espanhol, uma organização intergovernamental com objetivo de promover o comércio livre entre os seus Estados-membros, promovendo também, lateralmente, a gradual integração económica dos mesmos. A organização engloba cerca de 270 milhões de consumidores, estendendo-se pelos seguintes países em ordem decrescente de população: o Brasil, a Argentina, a Bolívia, que não se encontra incluída de momento

no acordo de comércio livre com a UE, mas mais tarde, poderá se juntar, o Paraguai, e o Uruguai. Estas economias sul americanas, têm a característica particular de terem as suas indústrias nacionais severamente protegidas contra qualquer competição externa, devido à adoção de medidas protecionistas pelos seus governos. Um dos exemplos mais visíveis destas medidas, seria a taxa alfandegária sobre produtos estrangeiros, que no caso de automóveis e vinhos, se encontram em cerca de 35% e 27% respectivamente. Estas medidas implementadas semi-permanentemente, dificultam severamente a integração destas nações nas redes de logística da economia mundial, agravando apenas três dos principais problemas das mesmas, nomeadamente a falta de consumidores, a dependência na extração de matérias primas e indústrias de baixa especialização e a incapacidade de absorver a produção industrial de países desenvolvidos para o desenvolvimento das suas próprias indústrias especializadas e economias de serviço.

Como tal, desde finais da década de 80 e começo da década de 90, entre estas nações, começou a existir um consenso sobre a necessidade de este bloco económico se adaptar às mudanças na economia mundial que a era digital consequentemente traria. E é nesse contexto que surge este acordo de comércio livre com a UE, como uma forma de melhorar mutuamente as ligações comerciais entre estes blocos, através da diversificação de parceiros comerciais e fortalecimento de redes de logística.

Para a Europa, que por contraste, apenas tem cerca de 13% de tarifas alfandegárias sobre a carne bovina, regulando a absorção de produtos externos, principalmente a partir do estabelecimento de quotas anuais sobre o limites de importações, o acordo, apresenta uma oportunidade para redistribuir de forma mais equilibrada a sua dependência em mercados externos, concretamente sobre a sua relação comercial com a China e os Estados Unidos, sendo que, desde o início do segundo mandato presidencial de Donald J. Trump, os Estados Unidos têm utilizado o seu poder económico como força de coerção diplomática sobre o continente de forma cada vez mais agravante.

### **Oposição interna na UE**

Contudo, ao contrário dos estados membros do MERCOSUL, na UE a viabilidade deste acordo comercial não é universal entre todos os membros da união, tendo sido apenas alcançado um consenso equivalente a 2/3 dos Estados-membros no início deste mês, através da mudança de posição do governo italiano, no dia 6 de janeiro, após a garantia de aumentos em investimentos na indústria agrícola italiana no próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, que durará de 2028 a 2034. Uma das razões principais para esta falta de consenso deriva da causa explicada na parte inicial deste artigo, nomeadamente a pressão imposta pelos agricultores europeus sobre os seus governos nacionais, contudo esta não é a única causa, ambos extremos políticos do continente europeu opuseram-se ao acordo, criticando os impactos que teria na sustentabilidade do modo de vida dos

res. Outro grupo que criticou o acordo foram os partidos ecológicos, que referiram a suposta falta de coerência do acordo quando em contraposto com as ambições climáticas do continente, salientando a necessidade de garantir que os Estados-membros da MERCOSUL se comprometam a combater a desflorestação da Amazónia.

Estes grupos, em conjunto com os governos nacionais dos Estados-membros referidos no início, particularmente a França e a Itália, obrigaram a Comissão Europeia a implementar concessões e incentivos económicos para os agricultores, concretamente, a manutenção do valor atribuído no Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia de 2021 e 2027 para o de 2028 a 2034 no que toca ao fundo da Política Agrícola Comum, um fundo no valor de 45 bilhões de euros, dedicado a apoiar os agricultores através de subsídios, além da remoção de taxas previamente implementadas sobre o uso de pesticidas.



*Cerimónia de assinatura do acordo de parceria e do Acordo Comercial Interino UE-MERCOSUL, Assunção, Paraguai, 17 de Janeiro de 2026, (Fonte: União Europeia)*

### **Quais as medidas implementadas pelo acordo?**

Na prática, o acordo estabelece uma redução gradual ao longo de um período de 15 anos de cerca de 90% das tarifas alfandegárias e quotas comerciais presentes em ambos os blocos económicos e o estabelecimento de um consenso entre as políticas reguladoras da UE relativa ao uso de pesticidas e a presença destes mesmos químicos nos produtos de exportação agrícola dos países do MERCOSUL.

Este acordo, na sua forma presente, englobaria mais de 780 milhões de consumidores, correspondendo aproximadamente a 1/4 do comércio global e salvaria aos produtores europeus cerca de 4 bilhões de euros em taxas alfandegárias.

Contudo, as críticas a este acordo não se limitam aos seus impactos secundários, mas também ao método da sua implementação, com diferentes previsões sobre o

impacto a longo prazo, não sendo consensual ao aumento que levaria no que se refere às exportações europeias. Dois exemplos desta diferença seria a França, oposta ao acordo e a Itália, que mudou a sua posição no dia 6 de janeiro, com o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, António Tajani, afirmando publicamente que apoiaria o acordo, acreditando também que o mesmo aumentaria as exportações anuais do continente para 700 mil milhões de euros, sendo que, no mesmo dia, o Presidente da França, Emmanuel Macron, contraria a visão do ministro, ao afirmar que, segundo as suas próprias previsões, o acordo teria apenas o potencial para aumentar o comércio externo da UE em 77 mil milhões de euros até 2040, o que equivaleria a 0,5% do comércio externo anual da UE.

Os apoiantes do acordo, como a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, por outro lado, reforçaram a importância do acordo como forma de apoiar mutuamente a soberania de ambos os blocos sobre a pressão externa de outros poderes económicos perante a aparente degradação contínua da ordem mundial implementada após a Segunda Guerra Mundial.

### **A implementação do acordo**

O acordo foi ratificado pelo Conselho Europeu no dia 9 de janeiro e assinado oficialmente a 17 de janeiro no Banco Central do Paraguai. Este acontecimento, desencadeou um conjunto de diversas opiniões por parte dos oficiais políticos europeus. Friedrich Merz, o Chanceler alemão, reagiu de forma positiva, afirmando que, mesmo assim, 25 anos fora demasiado tempo de negociações, apelando para que os próximos acordos de comércio livre sejam concluídos rapidamente. Porém, nas regiões onde os agricultores se encontravam mobilizados para opositor ao acordo, como a França, a Bélgica e até mesmo na Alemanha, uma crescente movimentação ocorrerá sobre o formato de manifestações organizadas a partir do dia 18, com o uso de tratores em locais como Paris, Estrasburgo e Bruxelas, cidades onde se encontram as principais sedes das instituições europeias.

Dias depois, concretamente a 21 de janeiro, o grupo parlamentar, A Esquerda no Parlamento Europeu, em conjunto com outro grupo, Os Verdes/Aliança Livre Europeia, apresentou ao parlamento uma moção para verificar a legalidade do acordo de comércio livre, argumentando que o mesmo deveria ser passado individualmente por cada parlamento nacional dos Estados-membros, passando o documento ao Tribunal de Justiça da União Europeia. Consequentemente, o parlamento votou a favor da moção, com uma diferença de votos apenas de 10 deputados, sendo a distribuição de votos a seguinte: 334 a favor, 324 contra, e 11 abstenções.

Esta moção, na prática, limitou a implementação do acordo por um período de 18 a 24 meses, o que foi altamente criticado pela Comissão Europeia e colocaria o acordo em "águas de bacalhau", até à eventual avaliação do mesmo por parte do Tribunal

de Justiça. Contudo, a Comissão Europeia continua empenhada em passar o acordo de forma provisional, permitindo a implementação momentânea de algumas das suas medidas até ao resultado da eventual avaliação da sua legalidade, sendo que o líder do Comité do Comércio Internacional, Bernd Lange, revelou que acredita que, mesmo assim, o acordo passará novamente pelo parlamento com um voto entre os meses de Abril e Maio.

### **O impacto internacional do Acordo de Comércio Livre**

Para ambos os blocos comerciais, o acordo foi visto de forma positiva, por permitir uma maior integração comercial, com a introdução de bens manufaturados europeus, como automóveis, mas também outros produtos especializados, como vinhos e queijos, em troca de carne, mel, e outros produtos agrícolas, para além de várias matérias-primas como metais de terras raras, necessários para o crescimento da indústria de energia renovável europeia.

Para a França, ao contrário de países como Alemanha e Espanha, o acordo apenas agravara a sua contínua crise política interna, consequente às eleições legislativas de 2024, devido à suposta incapacidade do governo opor-se ao acordo, ou proteger os seus agricultores nacionais, mesmo perante vastas concessões económicas a este grupo, no valor que supera 300 milhões de euros, o que permitiu aos partidos de extrema-esquerda e extrema-direita capitalizar com a crise e utilizá-la como justificação para apresentar uma moção de confiança na Assembleia Nacional, o que possivelmente levará à queda do quinto governo francês em menos de dois anos, caso o Partido Socialista apoie esta mesma moção de confiança.

Para Portugal o acordo apresenta uma mudança aparentemente positiva. O Ministro de Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes, afirmou que o acordo tem o potencial para reduzir o défice da balança comercial portuguesa perante as importações da América do Sul, particularmente com o Brasil, que representa 50% do comércio português com o continente. O ministro afirma até a possibilidade de se tornar num mercado que traga a Portugal um saldo positivo comercial, através do aumento das suas exportações para a região, sem as restrições das medidas protecionistas presentemente implementadas.

# **Massacre no Irão: Da opressão interna ao palco internacional**

---

Por Beatriz Saturnino

O Irão está a atravessar uma crise social marcada por protestos antigovernamentais que, segundo ativistas e meios internacionais, terão já causado mais de cinco mil mortos, a 23 de janeiro de 2026. As manifestações, que se espalharam por diversas cidades, refletem o descontentamento popular face à situação económica e política do país, enquanto o governo responde com uma repressão violenta e medidas de controlo rigorosas. Ao mesmo tempo, a comunidade internacional acompanha a evolução dos acontecimentos, manifestando preocupação com a escalada da violência.

## **Antecedentes**

Nos meses anteriores à eclosão das manifestações de 28 de dezembro de 2025, o Irão apresentava sinais de tensão económica e social crescente. A inflação elevada, a escassez de bens essenciais e o desemprego afetavam grande parte da população, aumentando o descontentamento popular. O regime tem mantido um controlo opressivo relativamente aos meios de comunicação e uma política de repressão de vozes dissidentes, aumentando, assim, o descontentamento e limitando o espaço para protestos pacíficos.

As mulheres e os jovens destacam-se como os principais grupos envolvidos nos protestos, uma vez que são também os mais afetados por esta ditadura, e protestam, mostrando a frustração perante as restrições sociais e políticas e a falta de oportunidades a que estavam a ser sujeitos. Este contexto tornou o país vulnerável a manifestações de larga escala que rapidamente se tornaram violentas em diversas cidades, por parte das forças de segurança, incluindo Teerão, que é a capital, Isfahan e Mashhad.

## **O início e o desenrolar dos protestos**

Os protestos começaram em resposta a incidentes específicos que geraram indignação popular, espalhando-se rapidamente para várias regiões do país. Segundo a Euronews e o Notícias ao Minuto, já terão morrido mais de cinco mil pessoas, embora a televisão estatal do Irão não refira um número superior a três mil mortos, o que vem a demonstrar a dificuldade que é obter estatísticas precisas num contexto de censura e controlo da informação e a demonstrar o nível de falta de liberdade a que o país está a ser sujeito.

De acordo com a SIC Notícias, os protestos começaram na sequência de prisões e condenações de ativistas e cidadãos envolvidos em contestação social. O aumento da repressão sobre vozes dissidentes e a brutalidade das forças de segurança,

incluindo detenções arbitrárias e violência em manifestações anteriores, foram citados como catalisadores imediatos para que milhares de pessoas saíssem às ruas.

As manifestações assumiram várias formas, entre elas, marchas, greves e confrontos com as forças de segurança. A repressão governamental inclui o uso da força policial, detenções em massa e restrições severas à internet. Há relatos de execuções, tortura e intimidação de familiares de manifestantes, tornando evidente o clima de medo que se instalou nas áreas mais afetadas, como espelho da opressão por parte do governo.

O governo iraniano, através de declarações oficiais, tentou minimizar a gravidade dos acontecimentos, mas as imagens divulgadas pelos meios de comunicação mostram rostos de centenas de vítimas, tornando a dimensão da violência e o terror do regime impossíveis de ignorar.



A mulher do cigarro que simboliza os protestos no Irão (Fonte: Expresso)

### **Consequências internas**

A repressão dos protestos teve consequências profundas na sociedade iraniana. Milhares de famílias foram diretamente afetadas pela perda de entes queridos ou pela detenção de familiares. Já não bastava viverem com pouca ou nenhuma liberdade, também começaram a ser privados da segurança e da presença dos seus familiares. Escolas, universidades e empresas sofreram interrupções devido à instabilidade, enquanto o clima de medo se alastrava por comunidades inteiras.

No plano político, o regime manteve uma postura autoritária, reforçando medidas de controlo e condenando a posição interna. O exilado Reza Pahlavi, filho do último Xá do Irão, foi deposto durante a Revolução Islâmica de 1979 e hoje é uma figura da oposição iraniana, residente nos Estados Unidos, que é frequentemente citado em notícias internacionais como crítico do regime iraniano figura da oposição, afirmou que o regime irá cair, com ou sem o apoio internacional, sublinhando a dimensão política da contestação e a força do descontentamento popular.

## Repercussões internacionais

Os protestos no Irão atraíram atenção internacional imediata. Os Estados Unidos emitiram avisos ao governo iraniano e enviaram uma frota para a região, como medida de precaução face à escalada da violência. A União Europeia e organismos internacionais, como a ONU, expressam preocupação com as violações de direitos humanos e apelaram ao governo iraniano para respeitar os princípios básicos de liberdade de expressão e proteção de vida.

A comunidade internacional também acompanhou atentamente declarações de líderes e figuras políticas, incluindo Reza Pahlavi, que incentivou a oposição ao regime, e, em contrapartida, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão, fez ameaças diretas aos Estados Unidos, aumentando a tensão diplomática.

## Situação atual e perspectivas futuras

Apesar da repressão violenta, alguns protestos continuam em várias cidades, embora de forma mais contida. O governo iraniano intensificou a censura e a vigilância sobre a população, mas o descontentamento persiste, sinalizando a possibilidade de novos episódios de contestação.

Analistas e líderes opositores alertam para a instabilidade política e social, apontando que, enquanto não houver reformas concretas que respondam às reivindicações da população, o clima de tensão poderá prolongar-se, com impactos significativos na estabilidade interna e nas relações internacionais do Irão.

Os protestos no Irão revelam uma sociedade em crise, marcada por perdas humanas e repressão severa. Ao mesmo tempo, os acontecimentos colocam o país sob observação internacional, evidenciando a tensão entre direitos humanos, estabilidade política e geopolítica regional. O futuro do Irão permanece incerto, e a evolução das manifestações poderá definir não apenas o destino interno do regime, mas também o papel do país no contexto internacional.



Massacre nos protestos (Fonte: *Público*)

Mesmo sendo um dos assuntos mais falados e discutidos na atualidade, consegue ser também o que menos informação concreta tem disponibilizada. A censura e o bloqueio às redes sociais por parte do regime são a grande fonte que impede a passagem da informação. No entanto, é imprescindível alertar para a tentativa da maior parte dos fóruns mediáticos de “suavizar” um regime e um atentado aos Direitos Humanos como este. Dizer que o regime iraniano manteve uma posição

“firme” não demonstra persistência, mas sim opressão e estas expressões precisam de ser bem utilizadas quando se fala de milhares de mortes inocentes. Este é um tema de extrema relevância, não só para o país em si, mas também para o palco internacional, que não pode continuar a permitir que morram pessoas à mão de ditaduras, sendo este assim um desafio para a sociedade de política externa no ano de 2026.

Os protestos persistem desde o final de dezembro, e mesmo com toda a violência a que estão a ser sujeitos, o povo iraniano continua a lutar e este regime autoritário que não tem abrandado no uso da força, o que tem gerado ameaça de intervenção americana, demonstrando que se tem de estar atento aos desenvolvimentos deste caso.

# **Da Alemanha à Argentina: Serviços secretos aumentam poder**

---

Por Johan Schäfer

## **O mundo torna-se mais perigoso e imprevisível**

Examinando as grandes tendências na política internacional, o início em larga escala da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, apoiada pelos seus parceiros ocidentais, em fevereiro de 2022 provocou uma viragem do espírito de colaboração no sentido da confrontação. Esta mudança de paradigmas fundamental é recorrente tanto no plano interno dos Estados, por exemplo na gestão da "crise migratória" na Europa Central a partir de 2015, como externo, nomeadamente através da "guerra contra o terrorismo" dos EUA e seus apoiantes após o 11 de setembro de 2001.

Ocorrências deste género e as percepções de ameaça e medo deles resultantes na população comum, fomentadas pela sua cobertura mediática, justificam muitas vezes ruturas políticas significantes. Consequentemente, os principais responsáveis pela segurança nacional de cada país elaboram novas leis que aumentam o poder não só de entidades policiais e do exército, mas também dos serviços secretos, tanto civis como militares. Estes ganhos de poder acontecem com falta de supervisão dos próprios políticos responsáveis e sem o controlo fulcral de entidades independentes da sociedade. Esta tendência preocupante será demonstrada de seguida com dois exemplos atuais.

## **A história encontra a atualidade**

Após a Segunda Guerra Mundial, os três serviços secretos da Alemanha Ocidental (interno, externo e militar) foram organizados pelo Reino Unido, França e EUA com poderes expressamente reduzidos e com o foco exclusivo de combater a influência soviética. Após o final da Guerra Fria e a reunificação, com o principal objetivo derrotado, a atenção dividiu-se em proteger as exportações mundiais das empresas alemãs e vigiar potenciais "causadores de distúrbios" no interior, por exemplo através de escutas e influência sobre jornalistas (BND Journalistenskandal). A partir de 2001, a tarefa principal passou novamente a ser assistir os EUA nas suas operações, nomeadamente através de proporcionar acesso ao principal ponto da passagem de dados da internet na Europa, em Frankfurt.

No entanto, a segunda Administração Trump em 2025 foi considerada na União Europeia como uma nova mudança de paradigma. A partir de agora, já não se podia contar sem limites com a cooperação económica e militar sobre o Atlântico. Esta transgressão também afetou a relação a nível dos serviços secretos, embora esta se mantenha tão profunda e dependente (da Europa para com os EUA), que nunca se poderá classificar como rutura. Adicionalmente, a posição de confrontação perante a Rússia mantém-se. Nos últimos anos, tomou um rumo cada vez mais agressivo.

## **A nova lei do principal serviço secreto alemão**

A tentativa de se tornar mais independente dos serviços americanos é a principal razão elencada para a reforma da lei sobre o maior serviço secreto alemão, o *Bundesnachrichtendienst* (BND). Formalmente, esta entidade apenas está autorizada a operar fora do território alemão. Apesar disso, esta divisão que já era extremamente difícil de controlar na prática, vai ser consideravelmente atenuada. O Governo está a preparar uma lei que visa amplificar as competências do BND, proporcionando-lhe legalmente instrumentos que o tornam muito mais poderoso.

Entre as principais medidas negociadas encontra-se a vigilância legal dos dados que passam por Frankfurt, que poderão ser guardados até 6 meses. Até agora apenas era possível registar os endereços IP e os metadados correspondentes, no futuro todos os dados e conteúdos de emails, mensagens, vídeos etc. poderão estar abrangidos. Isto afetaria a maior parte da comunicação dos 450 milhões de cidadãos da União Europeia, que sempre foram alvo das *big tech* e serviços secretos americanos (NSA). O site de notícias *Tagesschau* constata que há 12 anos, aquando as revelações por Edward Snowden sobre a vigilância massificada das sociedades pela NSA, estas medidas seriam consideradas como escândalo absoluto e teriam provocado protestos significativos. Mas os tempos mudam e a memória das pessoas é limitada.

Outro ponto da lei permite ao BND hackear legalmente tanto os *software* das redes sociais como infraestruturas digitais "para repelir ciberataques". A entidade também poderá vigiar pessoas estrangeiras em território alemão, mesmo jornalistas que até agora gozavam de proteção especial. Estas são apenas algumas das inúmeras medidas que estão a ser discutidas entre o Governo e o BND. Como não existe contrapoder eficaz nem de *lobby* na elaboração da lei nem sobre a ação da própria entidade, e tendo em conta a ignorância quase total da sociedade civil e do discurso mediático sobre o tema, o mais provável será a decisão legal de um conjunto de ações sem precedentes na história alemã.

## **Na Argentina uma lei equivalente só tem de passar o Congresso**

A tendência de empoderar serviços secretos sem escrutínio independente sempre foi um dos principais desafios das democracias, e a preponderância tecnológica abriu um novo capítulo nesta prática. Outro exemplo é o governo da Argentina, que utilizou os últimos minutos do ano para promulgar o decreto 941/2025, que visa aumentar as possibilidades do serviço secreto Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE) de vigiar ONGs, jornalistas, advogados e outros críticos do Presidente ultraliberal Milei. Para isso usa também câmaras de reconhecimento facial com software baseado em inteligência artificial. 25 empresas no país vendem-nas, subjugadas a um conjunto de leis pouco claras, que lhes permite agir quase sem repercussões legais. Para além disso, de acordo com o site Netzpolitik.org e a ONG Correpi, o uso indiscriminado de violência policial causou pelo menos 1000 mortes e milhares de feridos desde a tomada de posse de Milei. Uma parte considerável

ocorreu em protestos e manifestações contra o governo. Estas medidas de repressão estatal contra a sua própria população recorrem ao uso cada vez mais ativo da informática para controlo societal.

Estes dois exemplos constatam as possibilidades que governos eleitos têm para aumentar o seu poder com base nos serviços secretos, que por sua vez se escapam a contrapesos democráticos. O futuro inevitavelmente trará uma preponderância da tecnologia nestas ações, tornando a vigilância e repressão cada vez mais eficazes e difíceis de controlar.



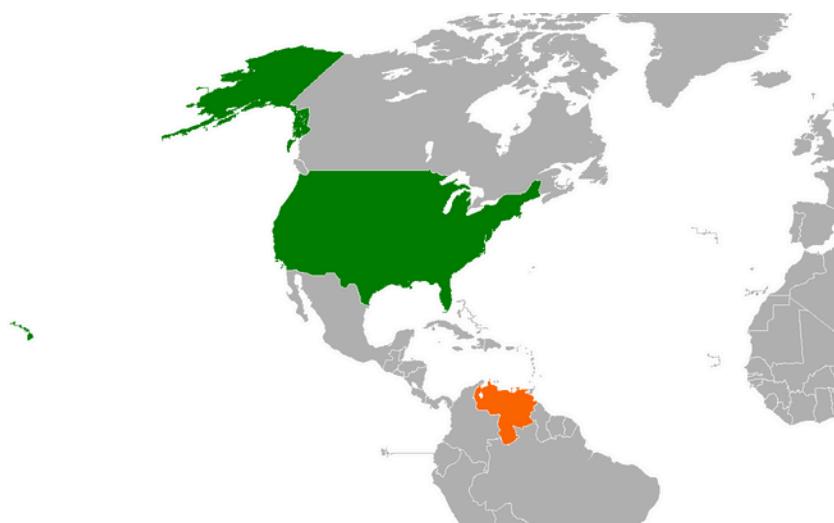
*Martin Jäger, diplomata e chefe do BND, antigo embaixador alemão na Ucrânia (Fonte: zdfheute)*

# **Conflito Clarificado: Conflito Estados Unidos-Venezuela**

Por Dario Vargas

## **Que conflito é este?**

Desde 1998, após a eleição de Hugo Chávez, líder do partido socialista Movimento Quinta República (MVR), à presidência da Venezuela, as relações entre o Estado sul-americano e os Estados Unidos da América, consideradas próximas durante a Guerra Fria, deterioraram, num processo que culminou na captura de Nicolás Maduro, sucessor de Chávez, por forças especiais americanas e o seu julgamento em solo americano.



*Mapa a realçar os Estados Unidos (verde) e a Venezuela (laranja)*  
(Fonte: Wikimedia Commons)

## **Como é que surgiu?**

As relações entre os Estados Unidos e a Venezuela, iniciadas em 1835, foram marcadas durante o século XX por um alinhamento ideológico e forte cooperação económica, particularmente na extração de petróleo na Venezuela, um recurso abundante no país. Estes laços foram reforçados por uma relativa estabilidade política na Venezuela, que, após um período (1948-1958) de ditadura militar, estabeleceu um regime multipartidário que duraria até 1999. A partir da década de 1960, a nação hispânica sofrera uma insurreição por milícias inspiradas pela Revolução Cubana, o que viria a solidificar uma tendência anti-comunista dos governos venezuelanos nesta época.

A dependência da Venezuela sobre a indústria petrolífera conduzira, no entanto, a uma fragilidade do país face a choques neste setor, uma vulnerabilidade que se tornaria evidente a partir da década de 1980 após o país cair numa crise económica que seguiu uma série de descidas acentuadas do preço do petróleo. Esta tendência, acompanhada pela percepção de elevada desigualdade económica e corrupção entre as elites políticas, levou a uma crescente descrença nas instituições e nos partidos políticos dominantes do país, culminando, em 1992, numa tentativa falhada de golpe militar liderada por Hugo Chávez. Após esta tentativa de golpe, Chávez viria a ser perdoado, concorrendo e vencendo as eleições de 1998.

O novo presidente venezuelano representava uma vertente ideológica de inspiração socialista, denominada de Bolivarianismo ou Chavismo, que apresentava os Estados Unidos como a principal potência imperialista no continente americano e opunha-se à presença significativa de empresas estrangeiras na extração de petróleo da Venezuela, um mercado dominado por empresas americanas. Deste modo, o governo de Chávez procurou nacionalizar a indústria petrolífera, limitar a cooperação com os Estados Unidos em diversas áreas e fomentar laços mais próximos com oponentes da política externa americana, em particular Cuba, o Irão, a Rússia e a China. Simultaneamente, viria a consolidar a influência do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) sobre as instituições políticas do país e promoveria a adoção de uma nova constituição, que seria promulgada em 1999, ações criticadas como prejudiciais ao funcionamento da democracia venezuelana.

A presidência de Chávez marcou, assim, uma rutura nas relações da Venezuela com os Estados Unidos. Face a estas mudanças, bem como à crescente concentração do poder nas mãos do presidente e do seu partido, os EUA impuseram sanções sobre oficiais do governo venezuelano e, mais tarde, sobre o país em si, aplicando também pressão diplomática, ações criticadas pelas autoridades venezuelanas como tentativas de interferência nos assuntos internos da Venezuela. Tensões entre os dois Estados viriam a acentuar-se após uma tentativa de golpe de Estado na Venezuela em 2002 que seria derrotada por forças alinhadas ao governo. Após o golpe falhado, Chávez viria a acusar os Estados Unidos de o ter planeado, acusações refutadas pela administração americana, então liderada por George W. Bush.

Hugo Chávez viria a morrer em 2013, sendo sucedido por Nicolás Maduro. Chávez deixou uma economia altamente dependente numa indústria petrolífera controlada pela PDVSA, uma empresa estatal focada na extração de petróleo e gás natural e dominada por figuras ligadas ao governo. Maduro continuaria a política do seu antecessor, assistindo, no entanto, a uma crescente crise económica e perdas na produção de petróleo, fator que viria a contribuir para uma vaga de emigração do país e a uma crescente insatisfação com o PSUV. Face a uma

crescente oposição interna, o regime de Maduro expandiu a repressão estatal, sendo que as Nações Unidas viriam a relatar uma série de violações de direitos humanos realizadas pelas forças de segurança venezuelanas.

Em 2015, a oposição, liderada pela Mesa da Unidade Democrática (MUD), viria a obter uma maioria absoluta nas eleições legislativas da Venezuela, beneficiando de uma onda de protestos contra o governo que emergiu no ano anterior, e vencendo contra o PSUV, marcando a primeira derrota do movimento chavista na Assembleia Nacional, o parlamento venezuelano, desde 1999. Esta vitória da oposição abriu o caminho para uma crise após as eleições presidenciais de 2018 que reelegeram Nicolás Maduro, mas cujo resultado fora declarado ilegítimo pela Assembleia Nacional, que nomeara Juan Guaidó, um deputado da oposição, enquanto presidente, nomeação reconhecida pelos Estados Unidos, União Europeia (UE), a Organização de Estados Americanos (OEA), entre outros, apesar de contestada por Maduro, com o apoio do governo, das forças armadas e do Supremo Tribunal de Justiça.

Esta crise levaria a uma tentativa de revolta contra Maduro por apoiantes de Guaidó em 2019 que, no entanto, foi derrotada pelas forças de segurança que se mantiveram, na maior parte, leais ao governo. Após o falhanço desta revolta, a Venezuela iniciou uma onda de repressão, prendendo uma série de deputados e apoiantes de Guaidó. Face a estas ações, os Estados Unidos impuseram novas sanções contra o regime, oferecendo simultaneamente apoio diplomático à oposição venezuelana. Neste período, a administração Trump viria a acusar Maduro de participar no tráfico de estupefácia, expandindo sobre acusações de negligência, por parte do governo de Hugo Chávez, face a este mercado ilícito que emergiram durante a administração Bush.

De 2019 a 2024, relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a Venezuela mantiveram-se limitados. No entanto, após Juan Guaidó perder a confiança da oposição, que revogara o seu apoio ao próprio em 2023, os Estados Unidos, então sobre a administração Biden, iniciaram diálogos com o governo de Maduro, negociando a realização de eleições livres em 2024 em troca do alívio de certas sanções. Contudo, as autoridades venezuelanas não cumpriram uma série de requisitos, impondo restrições contra os seus oponentes, em particular a proibição da candidatura de María Corina Machado, uma figura proeminente dentro da oposição, pelo que os Estados Unidos reimpuseram as medidas punitivas.

As eleições presidenciais de 2024 resultaram numa vitória de Maduro para um terceiro mandato, apesar de estas terem sido condenadas como eleições nem livres nem justas e uma série de países e organizações, inclusive a UE, a OEA e a ONU, afirmarem que o candidato da oposição, Edmundo González, teria ganho com uma larga maioria e a acusarem o governo de realizar fraude eleitoral. Após

estas eleições, os Estados Unidos reconheceram a vitória de González, declarando a presidência de Maduro ilegítima pela segunda vez.

Tensões entre os Estados Unidos e a Venezuela viriam a acentuar-se novamente em 2025, quando a segunda administração Trump iniciou uma campanha de pressão contra Maduro, acusando-o de estar envolvido no narcotráfico ao liderar o Cartel de los Soles e iniciando uma mobilização militar nas Caraíbas que visaram uma série de ataques contra barcos alegadamente utilizados por redes criminosas. Face a estas ações, a Venezuela acusou os Estados Unidos de atacar a soberania do país e de violar normas internacionais, anunciando uma série de medidas com vista a preparar o país para um ataque por via terrestre. As operações militares americanas nas Caraíbas viriam mais tarde a incluir a captura de diversos barcos sob sanções e, mais tarde, um bloqueio completo da saída de petróleo venezuelano por via marítima, surgindo também alegações da aprovação de operações clandestinas na Venezuela.

Estas operações viriam a culminar na captura, a 3 de janeiro de 2026, de Nicolás Maduro por forças especiais americanas, acompanhadas de uma série de ataques por via aérea contra instalações militares venezuelanas. Maduro irá ser julgado em solo americano por crimes de narcotráfico enquanto que Delcy Rodriguez, então a vice-presidente da Venezuela, foi nomeada presidente interina do país.

No rescaldo da captura de Maduro, os Estados Unidos impuseram uma série de requisitos sobre o país de modo a este evitar intervenções futuras, particularmente uma maior abertura da indústria petrolífera venezuelana para empresas americanas e parcerias exclusivas em matéria de produção e exportação de petróleo, o corte de relações económicas com a China, a Rússia, o Irão e Cuba e cooperação em matéria migratória e de combate ao tráfico de drogas.

### **Qual a sua importância para Portugal?**

Portugal mantém laços diplomáticos com os Estados Unidos, tendo uma embaixada em Washington D.C., e com a Venezuela, tendo uma embaixada em Caracas.

Durante a presidência de Hugo Chávez, Portugal manteve relações próximas quer com os Estados Unidos, sendo ambos Estados-Membros da NATO, quer com a Venezuela, existindo um processo de aprofundamento de laços entre os dois Estados incentivado, em parte, pela existência de uma grande diáspora portuguesa e luso-descendente na Venezuela, a segunda maior de toda a América do Sul.

Contudo, durante a presidência de Nicolás Maduro, as relações diplomáticas entre os países deterioraram, com Portugal a reconhecer a nomeação de Juan Guaidó em 2019 e, em 2024, a vitória de Edmundo González, seguindo a posição da União Europeia no assunto. Por sua vez, a Venezuela suspendeu, em 2020, voos da TAP no país por um período de 90 dias, e, em 2025, revogou a licença da TAP por esta cancelar voos para o país após um alerta de segurança pelos EUA.

Tensões entre os Estados Unidos e a Venezuela poderão ter efeitos colaterais nos preços de combustíveis em Portugal por via do seu impacto nos mercados internacionais. Contudo, devido a um contínuo declínio dos laços comerciais entre os dois Estados, o impacto económico da crise na nação sul-americana é limitado.

[www.portugaldiplomatico.com](http://www.portugaldiplomatico.com)